

Educação e Trabalho em Tempos de Insegurança

Gaudêncio Frigotto¹

Só a classe operária pode converter a ciência de dominação (class rule) numa força popular (...) A ciência só pode desempenhar o seu genuíno papel na República do Trabalho. (Karl Marx)²

A epígrafe com o qual busco demarcar o tema acima parece-me central e adequada aos tempos de violenta produção destrutiva, destruição de direitos dos trabalhadores, desemprego e precarização do trabalho e da mais grave, profunda e universal crise estrutural do modo de produção capitalista³. Daí decorrem, ao mesmo tempo, a importância de criar espaços formativos que expressem os interesses dos trabalhadores e que estes espaços tenham a sociedade como foco.

A concepção do Bacharelado em Ciências do Trabalho surge com essa perspectiva e centrado nos sujeitos, sua experiência e seus saberes, num esforço de trabalhar a relação teoria e prática numa perspectiva interdisciplinar como explica Nelson Karam, coordenador do Curso no DIESE/SP.

O bacharelado em Ciências do Trabalho será aberto a toda a sociedade porque ele permitirá uma reflexão teórica e prática sobre as relações do trabalho. No primeiro ano serão feitas releituras de produções clássicas sobre o trabalho, envolvendo áreas como a economia, sociologia, direito, entre outras. Combinado a isso, traremos de forma inovadora a questão do aluno já ingressas no curso com um projeto, para combinar o teórico ao prático. Dessa forma, o aluno terá o conjunto de informações teóricas e vai definir uma linha de pesquisa de relações do trabalho, desenvolvendo mecanismos de aplicação para a realidade concreta.⁴

O caráter necessário de desenvolver processos de conhecimento que não apenas reflitam sobre os tempos que vivemos, mas que se constituam em força

¹. Doutor em Ciências Humanas (Educação) PUC/SP. Professor Titular em Economia Política da Educação na Universidade Federal Fluminense. Atualmente professor no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Diretor de Centro Membro do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

² MAR, Karl, in: BARATA-MOURA, José. Materialismo e subjetividade. Estudos em torno de Marx. Lisboa, Avante, 1997, p.71.

³. Esse texto tem como base a exposição e debate efetivado no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIESE) em Belo Horizonte/MG no contexto do Ciclo de Conferências que demarcam o início dos trabalhos acadêmicos do Bacharelado em Ciências do Trabalho.

⁴: Ver Nelson Karam. In: JUSTINO, Lyvia. DIESE lança curso inédito de cientista do trabalho. DBLOG do Trabalho. 11 de julho de 2010.

política para alterar a realidade social onde se efetivam as relações de trabalho e educação. Relações historicamente constrangidas pela dominação de seres humanos sobre outros sob a cisão de classes sociais antagônicas..

Esta cisão nos conduziu à segunda década do século XXI com um cenário oposto ao ideário iluminista da revolução burguesa que apostava no conhecimento como forma de gerar tempo livre, diminuir a insegurança em todas as esferas da vida. Uma promessa inviável de se cumprir pela própria natureza da estrutura social classista.

Com efeito, ao longo de mais de dois séculos o sistema capitalista concentrou capital, os bens do mundo e monopolizou a ciência e os aparelhos de informação na mão da cada vez menos proprietários privados, tendo como resultado uma humanidade cada vez mais desigual e individualista.

Paradoxalmente, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, de possibilidades de dilatar o tempo livre – tempo de criação e de fruição – gerou, sob a sociedade de classes, o desemprego, o subemprego e a intensificação da exploração e expropriação de trabalho alheio. Ao contrário, então, do que afirma a ideologia dominante de que a o avanço científico e tecnológico produzi uma sociedade dinâmica, em constante mudança e que os processos formativos tem que adaptar os jovens à essa dinâmica, o que resulta hoje é de uma sociedade da insegurança e da provisoriedade. Contingentes de jovens e adultos condenados à vida provisória e em suspenso, sem condições de programarem minimamente o tempo a longo prazo. Como pensar a independência dos pais, alugar ou comprar um apartamento, projetar uma família sem a perspectiva de vida segura a longo prazo? O mais chocante é de que esta realidade não atinge, atualmente, apenas os jovens dos países da periferia do sistema capitalista. A rica europa, berço da origem do sistema capitalista, não pode atualmente prometer futuro aos seus jovens.

O Bacharelado de Ciências do Trabalho tem como desafio primeiro o desvelamento das relações sociais que produzem um contexto de crescente insegurança em todas as esferas da vida, a começar pelas bases materiais da reprodução da vida. As duas leis, no plano histórico social, desenvolvidas e afirmadas por Marx em sua obra, e destacadas há 149 anos em breve discurso de Engels nos funerais de Marx ao lado do túmulo, não só guardam atualidade, como expressam hoje uma realidade bem mais violenta. Trata-se de um ponto de partida na construção do conhecimento, ciência e educação que interessa aos trabalhadores.

Assim como Darwin em relação a lei do desenvolvimento dos organismos naturais, descobriu Marx a lei do desenvolvimento da História humana: o simples fato, escondido sobre crescente manto ideológico, de que os homens necessitam, antes de tudo, comida, bebida, moradia e vestuário, antes de poderem praticar a política, ciência, arte, religião, etc.; que portanto a produção imediata de víveres e com isso o correspondente estágio econômico de um povo ou de uma época constitui o fundamento a partir do qual as instituições políticas, as instituições jurídicas, a arte e mesmo as noções religiosas do povo em questão se desenvolvem, na ordem em elas devem ser explicadas – e não ao contrário como nós até então fazíamos. Isso não é tudo. Marx descobriu também a lei específica que governa o presente modo de produção capitalista e a sociedade burguesa por ele criada. Com a descoberta da mais-valia iluminaram-se subitamente esses problemas, enquanto que todas as investigações passadas, tanto dos economistas burgueses quanto dos críticos socialistas, perderam-se na obscuridade. (ENGELS, In. NASSIF, 2010, p. 1)⁵

A compreensão destas duas leis na sua concretização histórica e, em especial, no presente são ponto de partida de uma agenda de ação contra-hegemônica que pauta os interesses dos trabalhadores e de seus filhos. Neste breve texto que buscarei, mais de forma indicativa, desenvolver os seguintes aspectos: O trabalho e a educação como direitos sociais e subjetivos; o trabalho abstrato ou emprego ou venda de força física e mental sob o capitalismo e suas profundas mudanças e consequências para a classe trabalhadora; a educação neste contexto e a sua especificidade na sociedade brasileira; e qual a educação e conhecimento que abrem perspectivas para novas relações sociais e educativas.

1. O trabalho e a educação como direitos sociais e subjetivos .

Ao longo da história humana, como sublinha o filósofo Leandro Konder, duas atividades mostraram-se imprescindíveis à continuidade da sociedade.

Toda sociedade vive porque consome; e para consumir, depende da produção. Isto é, do trabalho. Toda a sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo da sua experiência,

⁵. Texto por mim traduzido do original em espanhol.

educa-a . Não há sociedade sem trabalho e sem educação (KONDER,, 2000, p. 112).

O trabalho, em seu sentido ontológico está, pois, vinculado à primeira lei singela, mas fundamental, do legado de Marx referida acima por Engels que todo o ser humano tem antes de tudo comer, beber, vestir-se, ter um teto, etc.

A educação formal ou que se efetiva nas diferentes ações e práticas sociais, nas sociedades cindidas em de classes, como a que vivemos, tende a reproduzir as relações sociais de produção. Ela incide, nas sociedades de classe, sobretudo na segunda lei do legado de Marx, a lei da exploração e expropriação do trabalho alheio, (da mais valia) pelos proprietários privados dos meios e instrumentos de produção.

A luta pelo direito ao trabalho não explorado e a educação que dilate todas as dimensões do ser humano tem sido uma constante ao longo da história. Um embate que busca superar as relações sociais classistas, base material de todas as formas de exploração. O direito social e subjetivo do trabalho está inscrito na própria forma do ser humano constituir-se enquanto tal e de seu desenvolvimento.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (Marx, 1983:149).

Evidencia-se, pois, que é pelo trabalho que o ser humano produz e reproduz a si mesmo e, responde, portanto, a suas necessidades imperativas enquanto um ser da natureza. Diferente das demais espécies da natureza, porém, produz de forma consciente, prevendo, organizando e alterando as formas de produção. Dentro destas circunstâncias o trabalho aparece como um valor de uso, ou seja, como atividade que produz os elementos necessários à vida dos seres humanos na sua dimensão mais elementar de animal (inteligente) da natureza. A luta dos seres humanos, desde a “Arca de Noé” é no sentido de abreviar este tempo de trabalho constrangido pela necessidade para gerar tempo livre, tempo de liberdade ou de escolha. Este é um tempo verdadeiramente criativo e, portanto, genuinamente humano. Desta compreensão do trabalho derivam três dimensões centrais: trabalho como direito, dever e como princípio formativo ou educativo.

É direito porque é mediante esta atividade vital que os seres humanos se mantem vivos. Impedi-los do intercâmbio com os meios de vida é, pois, decretar a mutilação de sua natureza mediante a desnutrição e, no limite, a morte. A fome e a morte como decorrência de suas implicações para a saúde, atinge milhões de seres humanos no e mundo. Pensando na sociedade brasileira fica patente a contradição de sermos o país que mais exporta alimentos e termos um programa de política pública denominado **Fome Zero** cujo objetivo é premir que 40 milhões de brasileiros, na maioria crianças e jovens, possam ter o direito de fazer três refeições por dia. A imensa produção de carnes, grãos, laticínios, etc. fruto do trabalho de milhões de trabalhadores não tem o objetivo primeiro de alimentar, mas de entrar no mercado como forma de acumular capital. O direito à vida, dentro de relações sociais comandadas pela propriedade privada dos meios e instrumentos de produção, fica subordinado ao interesse do lucro.

Ao discutir as bases do direito positivo que surge como baluarte da defesa da propriedade privada o jovem Marx, num pequeno artigo – *Lei punitiva sobre o roubo da lenha*⁶ – publicado no jornal *Gazeta renana* em 1842, expõe claramente essa inversão do direito da propriedade privada sobrepor-se ao direito universal à vida. *Com a lei do roubo da lenha, o Estado submete a universalidade do direito ao “mero costume” da sociedade buguesa, quando deveria, ao contrário, reconhecer no “costume da classe pobre” o “instinto sentido do direito, que na forma do direito consuetudinário, elevaria esta class e à efetiva participação no Estado* (Marx, 2006, p.15).

Mas se o trabalho é um direito também se constitui em dever. Sem esta contrapartida estar-se-ia afirmando e naturalizando a superioridade de um ser humano sobre o outro e se justifica os processos até hoje dominantes de exploração do trabalho de outrem. O senso de justiça mostra-nos que somente tem direito a fruir da comida e responder a outras necessidades se isso resulta da cooperação, de acordo com as possibilidades de cada idade e circunstância, mediante o seu trabalho. Um dos itens primeiros dos Estatutos da Associação Internacional do Trabalhadores de 24 de outubro de 1871 , em sua abertura declara: *que não reconhece direitos sem deveres, e nem deveres, sem direitos* (MARX, 1982)

Disto deriva o fato do trabalho como valor de uso como cuidado à vida, desde a infância, constituir-se num princípio educativo socializador fundamental. Trata-se de

⁶ .O artigo refere-se ao fato de que na Europa de intenso frio colher lenha em qualquer lugar para proteger-se e cuidar da vida fazia parte do direito criado pelos costumes. Com a afirmação da privada da terra, só poderiam ter lenha quem pudesse pagá-la. Daí uma lei que pune quem a apanhasse .

internalizar o fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, tem a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. Socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência, pelo trabalho, é comum a todos os seres humanos, é fundamental para não criar indivíduos ou grupos que naturalizem a exploração e vivem do trabalho de outros. Na expressão de Antônio Gramsci, é fundamental esta internalização para não *criar mamíferos de luxo* – seres de outra espécie que acham natural explorar. O trabalho como princípio educativo, então, não se reduz a uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio ético-político de formação do caráter⁷.

Estes breves elementos já nos permitem esclarecer que falar em fim *do trabalho*, enquanto *valor e uso* não têm o menor fundamento. É a mesma coisa que se afirmar que a vida humana desapareceu da face da terra ou que todos os seres humanos se metamorfosearam em anjos. O que desaparecem são formas históricas de como o trabalho humano se efetiva nos diferentes modos sociais de produção da vida humana.

2 – As formas históricas de trabalho explorado e sua forma atual de trabalho emprego, compra e venda de força de trabalho

A humanidade sob as sociedades de classe vive, como nos lembraram Marx e Engels, a sua pré-história, pois a cisão do gênero humano limita, ainda que de forma diversa, explorados e exploradores. Dentro deste processo limitador do humano o trabalho, ao longo da história tem variado de acordo com os modos sociais dominantes de produção.

Sob a sociedade antiga a forma dominante de trabalho produtor dos bens e serviços essenciais à vida, foi o trabalho escravo. Neste modo de produção o trabalhador escravo se quer era considerado ser humano, mas meio de produção, *um boi que fala*. A escravidão, como assinalam NETTO e BRAZ (2006), tem sua origem no momento que aparece, na comunidade humana, o excedente. A escravidão durou séculos e demarca toda a era antiga e, em grande parte a medieval. Na sociedade brasileira o regime escravocrata dura quase quatro séculos perdurando até o final do século XIX. Por certo uma das particularidades das nossas raízes de violência sobre o trabalho no Brasil é o estigma escravocrata da classe dominante. O mesmo se expressa hoje na concentração de renda e de capital, fruto da exploração e expropriação violenta

⁷. Ver sobre este conceito FRIGOTTO, Gaudencio e CIAVATTA, Maria (2012).

sobre o trabalho, constituindo uma das sociedades de maior assimetria entre os ganhos do capital e a remuneração do trabalho assalariado.

No modo de produção medieval perdura o trabalho escravo, mas surge a figura do servo vinculado aos feudos. O servo dispõe de uso fruto de parte da terra para produzir o seu sustento, mas o excedente fica na mão do seu senhor, da nobreza ou do clero. Nessas duas formas de relações sociais de produção a expropriação do trabalho do trabalhador era naturalizada de forma explícita. Vários traços do servilismo perduram em nossas relações sociais. O mais visível, é o dos milhões de empregadas domésticas, cuja regulamentação, ainda parcial, do trabalho assalariado, só foi regulamentada na constituição de 1988.

O sistema capitalista, como modo de produção classista hoje dominante, para constituir-se na sua forma específica e afirmar sua ideologia, teve que combater, ao mesmo tempo as formas precedentes de relações sociais de produção mediante a abolição do trabalho escravo e servil. Isto lhe era uma necessidade estrutural para instaurar o mercado da compra e venda da força de trabalho e, ao mesmo tempo, dissimular mediante o contrato de trabalho a exploração e afirmar a sua legitimidade.

No capitalismo o trabalho, de atividade produtora de valores de uso, se transforma em mercadoria força de trabalho, emprego, trabalho assalariado ou trabalho abstrato. O capital detém como propriedade privada, de forma crescente, os meios e instrumentos de produção (terras, máquinas, ciência e tecnologia). A classe trabalhadora detém apenas sua força de trabalho para vender.

Ao capitalista interessa comprar o tempo de trabalho do trabalhador ao menor preço possível, organizá-lo e gerenciá-lo de tal sorte que ao final de um período de trabalho – jornada, semana ou mês – o pagamento em forma de salário represente apenas uma parte de tempo pago e a outra se transforme em ganho do capitalista ou um sobrevalor (mais-valia), tempo de trabalho não pago. Esse processo é que tipifica o modo específico de exploração capitalista. O trabalhador sofre de uma tríplice alienação: um estranhamento e separação com o que produz; o roubo (legalizado) de parte do tempo de trabalho despendido na produção; e a não possibilidade de adquirir os meios de subsistência para reproduzir sua vida dignamente.

No plano da ideologia burguesa a representação que se constrói e de que o trabalhador ganha o que é justo pela sua produção, pois parte do pressuposto que os capitalistas (detentores de capital) e os trabalhadores que vendem sua força de trabalho o fazem numa situação de igualdade e por livre escolha,. O mascaramento da

exploração dá-se mediante a ideologia do pensamento liberal, onde os processos educativos e a “ciência positivista” cumprem um papel central. Trata-se de formulações de noções, conceitos e doutrinas, como veremos a seguir, que escondem o caráter assimétrico das relações sociais entre detentores do capital e classe trabalhadora. Por certo, um dos desafios cruciais do bacharelado em ciências do trabalho é desvelar a ideologia a “ciência liberal” mediante uma concepção histórica da realidade e um método dialético de análise.

3. A crise do trabalho emprego e a ideologia do capital humano, das competências, empregabilidade e empreendedorismo.

Vários autores têm discutido, ao longo da década de 1980 a tese do fim da centralidade do trabalho na sociedade⁸. Na realidade não se trata do fim do trabalho, mas da crise e esgotamento da forma específica que assume o trabalho no processo de sociabilidade ou do sociometabolismo do sistema capital. Como sublinhamos acima, o trabalho na sua dimensão de valor de uso e, portanto do intercâmbio do homem com a natureza para produzir os meios de vida, somente poderá desaparecer com o fim da vida humana. Isto, pelo fato que somos seres que para viver necessitamos comer, beber água, vestir, ter um teto e, a partir disso, satisfazer as necessidades sociais, culturais, estéticas etc.

O que estamos vivendo é a crise mais aguda do sistema capitalista e dentro dela a crise do trabalho emprego. E a crise é inerente à forma capital de relações sociais. Há mais de um século e meio Marx explicitou a contradição central do sistema capital responsável pro crises cada vez mais profundas. Tal contradição se manifesta pela necessidade constante de desenvolver forças produtivas mediante a incorporação da ciência e a técnica no processo de produção de sorte que haja aumento de produtividade do trabalho e a negação do capital de socializar a produção.

Uma das mudanças profundas para a classe trabalhadora situa-se no fato de que cada vez mais a ciência e a tecnologia se tornam forças produtivas do capital e se voltam contra a classe trabalhadora. Marx, nos *Grundrisse*, já indicava claramente essa tendência, mostrando que a criação da riqueza dependia cada vez menos do tempo e do *quantum* de trabalho utilizado e mais do estado geral da ciência e de sua utilização na

⁸. Dentre estes autores, com nuances de análise podemos citar –Claus Off (1989) Admam Schaff (1990) Robert Kurz (1992). No livro *Educação e crise do capitalismo real* (FRIGOTTO, 2011, p. 91-134) o leitor encontrará uma análise crítica destas teses.

produção, e que, sob o domínio do capital, isso se voltava contra o trabalhador e sua classe.

A máquina, triunfo do ser humano sobre as forças naturais, converte-se, nas mãos dos capitalistas, em instrumento de servidão de seres humanos a estas mesmas forças [...]; a máquina, meio infalível para encurtar o trabalho cotidiano, prolonga-o, nas mãos do capitalista [...]; a máquina, varinha de condão para aumentar a riqueza do produtor, empobrece-o em mãos do capitalista (Marx apud Paris, 2002, p. 235).

Mas esse processo conduz, também, a uma tendência de acumulação, concentração e centralização de capital na mão de cada vez menos grupos, gerando conflitos de interesses entre capitalistas, nações e regiões. A promessa do pensamento liberal do capitalismo nascente de que a liberdade do mercado levaria tendencialmente a um equilíbrio teve um resultado inverso. Guerras, revoltas, lutas marcam a história do sistema capitalista.

O livro *Era dos extremos – O curto Século XX, 1914-1989*) do mais importante historiador marxista vivo, Eric Hobsbawm (1995) nos explicita que só após duas sangrentas guerras mundiais e uma revolução socialista aos ideólogos do sistema capitalista entenderam que havia necessidade de regular o capital e proteger o emprego. Para este historiador o capitalismo, especialmente nas nações do capitalismo central, viveu sua era de ouro. Tratava-se de frear o crescimento das teses socialistas.

Castel (1997) caracteriza o processo de regulação do capital como sendo de construção da sociedade salarial ou da sociedade contratual. A literatura mais ampla sobre este tema o define, com ênfases e particularidades diversas, como modo de regulação fordista, Keynesianismo ou estado de bem estar social. A era de ouro a que se refere Hobsbawm se refletia também em leis que protegiam o trabalho assalariado e ampliavam os direitos dos trabalhadores.

Esta regulação, todavia, não evitou o aprofundamento das crises do capital e a manutenção da desigualdade entre nações, as classes e as fações de classe. O surgimento, na década de 1950, com bases em pesquisas de Teodoro Schultz (1973) do que se denominou de “teoria do capital humano”, deu base à crença de que haveria duas maneiras de ser capitalista: uma detendo a propriedade privada dos meios e instrumentos de produção e a outra investindo em educação e treinamento. A base positivista e funcionalista desta noção evade as determinações que produzem a desigualdade econômica, social, cultural e educacional.

Uma noção circular, como demonstrei numa obra (FRIGOTTO, 2010), onde o determinado vira determinante. Ou seja, os países pobres e os pobres têm menos escolaridade e de pior qualidade porque não querem investir em educação ou não investem porque são pobres e mantidos por relações sociais desiguais? Trata-se, pois de uma noção que reduz a sociedade a um conjunto de fatores, o trabalho a sua forma abstrata de trabalho alienado, o ser humano e um fator de produção e a educação um bem mercantil.

Professores da Universidade de Frankfurt, desde 1994, todos os anos escolhem uma noção, de acordo com a sua avaliação, que expressa o que designa o termo alemão *unwort* (*não palavra*). Trata-se de palavras do discurso público que são grosseiramente inadequadas ao tema designado e talvez até violem a dignidade humana. “Capital humano” foi escolhido em 2004 com a seguinte justificativa: *degrada pessoas a grandezas de interesse meramente econômico*. (ALTVATER, 2010, p. 75)

O ano de 1979 registrado como demarcação do fim de um período histórico por Hobsbawm, era de ouro do capitalismo mediante a regulação do capital, resulta de dois processos que se potenciam, um de caráter tecnológico e outro político e ideológico. O primeiro é de que ao final da década de 1970 afirma-se e generalizava-se uma nova base científica e tecnológica, qualitativamente diversa, no processo de produção e organização do trabalho, sob a base da junção de micro eletrônica e informação. Ciência e tecnologia que são exclusividade privada do capital. O segundo, de caráter político e ideológico, o colapso do socialismo real permitia o ressurgimento do liberalismo conservado ou, como foi mais conhecido pelo disfarce do termo neoliberalismo. Disfarce porque o tempo histórico era outro, mas o que se materializou foi um retorno ao liberalismo conservador. Não por acaso os escritos de Frederick Hayek (1987) com a tese que as políticas sociais levam à escravidão, se tornaram a referência.

A junção destes dois processos faculta a desregulamentação do capital e, portanto, seu livre fluxo e uma vingança do capital contra o trabalho e o trabalhador mediante as estratégias da flexibilização e desregulamentação, novas formas de gestão e o desmonte das organizações vinculadas à classe trabalhadora, mormente os sindicatos e com isto a derrocada de quase todos os direitos duramente conquistados desde o final do século XIX. Com efeito, diferentes ângulos de análises que se filiam ao campo crítico indicam um tempo marcado pelo aumento da exploração e precarização do trabalho.

Um tempo definido como sendo de *desmedida do capital* pela socióloga Danielle Linhart (2007), de *horror econômico*, pela crítica literária Viviane Forrester

(1996), de *corrosão do caráter*, pelos psicólogos Richard Sennett (199..., de por, de *banalização da injustiça social* do, também, psicólogo Christophe Dejours (1999), e de *esgotamento da capacidade civilizatória do sistema capital e de sua produção destrutiva* e um tempo de *fardo histórico* pelo filósofo István Mészáros (2002 e 2006).

O desmanche da sociedade do emprego ou salarial, dentro de uma realidade onde pode haver aumento da produtividade e da expansão econômica sem incrementos proporcionais de emprego, ou então pela criação de empregos precarizados, pode ser emblematicamente apreendida pelo debate de dois magnatas da área de computadores John Gage da “Sun Microsystems, David Packard da Hewlett-Packard mediados pelo professor Rustom Roy, num seminário que reuniu os governos e empresários mais poderosos do mundo e alguns intelectuais no luxuoso hotel Fairmont, em São Francisco em 1992, para marcar a instalação da Fundação Gorbachev.

John Gage referindo-se aos seus empregados declara:

“Cada qual pode trabalhar conosco quanto tempo quiser, também não precisamos de visto para nosso pessoal do exterior (...) Empregamos nosso pessoal por computador, eles trabalham no computador e também são demitidos por computador.

Dirigindo-se a David Packard diz: *Isso você não consegue tão rapidamente, David?*

David Packard retruca: *De quantos empregados você realmente necessita John?*

Seis, talvez oito. Sem eles estaríamos falidos. Quanto ao local do planeta onde eles vivem, isso não importa em absoluto - responde John

O mediador, prof. Rustom Roy intervém e pergunta: *E quantas pessoas trabalham atualmente para a Sun Systems?*

São dezesseis mil, mas exceto por uma pequena minoria todos demissíveis em caso de racionalização, responde Gage. (Maritin, H.P. & Schumann, H. 1996:10-11).

A palavra *racionalização* constitui-se numa espécie de condensador que engendra um poderoso simbolismo e pode ser traduzida por: reengenharia, reestruturação produtiva, flexibilização, desregulamentação, descentralização e autonomia. Como nos mostra Dejours, é a partir da necessidade de racionalização que o receituário empresarial e dos governos neoliberais, monitorados por consultorias especializadas, aconselham: *enxugar os quadros, tirar o excesso de gordura, arrumar a casa, passar o aspirador, fazer uma faxina, desoxidar, tirar o tártaro, combater a cirrose ou a ancilose”*(Dejours, 1999: 14).

Qual é o futuro da sociedade salarial ou do trabalho assalariado dentro deste quadro exposto? Esta, também, não é uma pergunta de resposta fácil. Os indicadores do presente, todavia, são inequívocos. O desemprego é o problema social e político

fundamental nas décadas finais do século XX e, nos países mais ricos, na primeira década do século XXI.

O cenário apresentado por Robert Castel na década de 1990 e se apresenta dramático nos países que constituem o poder hegemônico do sistema capital. As políticas neoliberais e a hegemonia do capital especulativo de um lado e, de outro, o desenvolvimento produtivo centrado sobre a hipertrofia do capital morto - isto é - ciência e tecnologia, informação como forças do capital, acabam desenhando uma realidade onde encontramos, para este autor: a desestabilização dos trabalhadores estáveis. Essa desestabilização dá-se pela intensidade na exploração e pela permanente ameaça de perda do emprego; a instalação da precariedade do emprego mediante a flexibilização do trabalho, trabalho temporário, terceirização, etc., e o aumento crescente dos sobrantes – contingentes de jovens e adultos não integrados e não integráveis ao mundo da produção.

Esta realidade se apresenta com estatísticas alarmantes. Um bilhão e duzentos mil desempregados no mundo; taxas de desemprego que variam de 10% a 25% na Europa. Esta situação da Europa é amenizada pela existência de uma sociedade civil forte e de uma tradição histórica que garante, mediante o fundo social, a não proliferação da indigência. Todavia a mais grave crise do sistema capital na primeira década do século XXI, produzida sobretudo pelo domínio do capital financeiro, cujo fundamento é especulação e lucros descomunais para uma minoria de grupos econômicos, está minando o fundo social. Os casos da Grécia, Espanha, Portugal são emblemáticos. Milhares de jovens e adultos com vida na provisoriamente e o futuro em suspenso.

A ideologia do capital humano atualiza-se por novas noções que agudizam o ocultamento da perda do direito ao emprego, precarização, exploração e novas formas de expropriação do trabalhador e de adequação do conhecimento, cultura e formação ao que serve ao mercado e à acumulação de capital. No plano mais geral desaparecem as palavras de nação e desenvolvimento que são substituídas por mercado e mercados emergentes; O trabalho metamorfoseia-se em “trabalhabilidade ou laborabilidade” e a noção de emprego em “empregabilidade”; os direitos conquistados por desregulamentação e flexibilidade; a qualificação transmuta-se em carteira de competências e habilidades”. O resultado cínico desta operação ideológica é culpar o trabalhador por seu desemprego ou precarização do mesmo. São estes novos fetiches (FRIGOTTO, 2011a) que, sob orientação dos organismos internacionais, intelectuais

coletivos do capital, orientam as reformas educativas e curriculares, especialmente dos países de capitalismo dependente.

4.O Brasil, trabalho e a educação em tempos de insegurança

Se tomarmos os dados de emprego formal no Brasil dos últimos dez anos, numa análise fenomênica, poderíamos dizer que o exposto acima sobre o desmanche do trabalho assalariado não nos diz respeito. Não se trata de negar avanços, pois de fato os dados de 2012 do IBGE evidenciam um acentuado aumento do emprego formal e o aumento da renda dos grupos sociais que estão na base da pirâmide social. Todavia, esta mudança conjuntural, mesmo que se afirme, não pode esconder a escandalosa assimetria entre os ganhos do capital e o que se remunera o trabalho no Brasil e a natureza das relações de trabalho. Estas seguem, com mais agudez, o ideário da racionalização, flexibilização, precarização e super exploração dos trabalhadores.

De fato, um olhar mais atento das análises de nossa realidade mostra que esta situação em nada ou pouco alterou o tecido estrutural de uma das sociedades mais desiguais do mundo. Com efeito, temos uma herança fortemente marcada pela cultura escravocrata, que forjou uma classe dominante que, por um lado, não completou a revolução burguesa e, por outro, foi definindo, ao longo do século XX, uma sociedade de capitalismo dependente.

O projeto societário que se afirma ao longo de nossa história vai definindo três características estruturantes destacadas por Caio Prado Júnior (1966), primeiro intelectual que se valeu do método materialista histórico para analisar a formação social, econômica e cultural do Brasil.

A primeira é o *mimetismo* que se caracteriza por uma colonização intelectual onde prevalece a cópia das teorias e ideias dos centros hegemônicos, hoje, das teses dos organismos internacionais e de seus intelectuais e técnicos, também da ideia de que não precisamos produzir ciência e tecnologia e podemos importá-la. Disto resulta uma economia baseada em exportação de produtos primários de pouco valor agregado e de empregos predominantemente vinculados ao trabalho simples. O mimetismo liga-se a uma classe burguesa sem compromisso com a nação e com seu povo, associada ao grande capital de forma subordinada. Isto explica o descaso histórico com o direito universal a educação básica de qualidade. Não temos ensino médio praticamente compatível com a

sexta economia do mundo. Uma economia, todavia, submergida por vários elos aos ganhos do capital mundo e de seus sócio internos.

A segunda é opção pelo crescente endividamento externo e a forma de efetivá-lo pelas frações dominantes da burguesia brasileira. E, por fim, a última, a abismal assimetria entre o poder e ganhos do capital e do trabalho configurando uma das forças-de-trabalho de maior nível de exploração do mundo.

Furtado (1966e 1982) o pesquisador e autor que mais publicou sobre a formação econômico-social brasileira e sobre a especificidade do nosso desenvolvimento. Uma de suas conclusões originais e base para análises de outros pensadores críticos que nos dão o inventário do que nos conduziu até o presente é de que o *subdesenvolvimento* não é uma etapa do desenvolvimento, mas uma forma específica de construção de nossa sociedade. Ao longo de sua obra, situa a sociedade brasileira dentro do seguinte dilema: a construção de uma sociedade ou de uma nação onde os seres humanos possam, produzir dignamente a sua existência ou a permanência num projeto de sociedade que aprofunda sua dependência subordinada aos grandes interesses dos centros hegemônicos do capitalismo mundial.

Tomando o problema do desenvolvimento e do tipo de sociedade capitalista específica que fomos nos constituindo, Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira rechaçam a tese conservadora e dominante da estrutura dual da sociedade brasileira que atribui nossos impasses para nos desenvolvermos a existência de um país cindido entre o tradicional, o atrasado, o subdesenvolvido e o moderno e desenvolvido, sendo as características primeiras impeditivas do avanço da segunda. Pelo contrário, mostram nos estes autores a relação dialética entre o arcaico, atrasado, tradicional, subdesenvolvido, e o moderno e o desenvolvido na especificidade ou particularidade de nossa formação social capitalista.

O que se reitera para Fernandes (1968) no plano estrutural é que as crises entre as frações da classe dominante acabam sendo superadas mediante processos de rearticulação do poder da classe burguesa numa estratégia de conciliação de interesses entre o arcaico e o moderno. Trata-se, para Fernandes, de um processo de “modernização do arcaico”.

Dentro da mesma perspectiva Francisco de Oliveira (2003) nos mostra que é a imbricação do atraso, do tradicional e do arcaico com o moderno e desenvolvido que potencializa a nossa forma específica de sociedade capitalista dependente e de nossa inserção subalterna na divisão internacional do trabalho. Mais incisivamente, os setores

denominados de atrasado, improdutivo e informal, se constituem em condição essencial do núcleo integrado ao capitalismo orgânico mundial. Assim, a persistência da economia de sobrevivência nas cidades, uma ampliação ou inchaço do setor terciário ou da "altíssima informalidade" com alta exploração de mão-de-obra de baixo custo são funcionais à elevada acumulação capitalista, ao patrimonialismo e à concentração de propriedade e de renda.

Ao atualizar, quatro décadas depois, a sua obra *Crítica à razão dualista*, Oliveira (2003) nos revela que o que se tornou hegemônico foi a permanência de um projeto de sociedade que aprofunda sua dependência subordinada aos grandes interesses dos centros hegemônicos do capitalismo mundial. Esta opção hegemônica, em termos de consequências societárias, a expressa recorrendo à metáfora *do ornitorrinco*.

Para Oliveira a imagem do ornitorrinco faz a síntese das mediações do tecido estrutural de nossa sociedade. Uma particularidade estrutural de nossa formação econômica, social, política e cultural, que nos transforma num monstro social.

As relações de poder e de classe que foram sendo construídas no Brasil, observa Oliveira, permitiram apenas parcial e precariamente a vigência do modo de regulação fordista tanto no plano tecnológico quanto no plano social. Da mesma ocorre no presente na atual mudança científico técnica de natureza digital-molecular, que imprime uma grande velocidade à competição e à obsolescência dos conhecimentos. Isto destaca Oliveira, torna nossa tradição da cópia ainda mais inútil. Uma sociedade, portanto, que na divisão internacional do trabalho dominam as atividades ligadas ao trabalho simples de baixo valor agregado.

O conceito de capitalismo dependente que combina elevada concentração de riqueza e capital e de desigualdade desenvolvido especialmente por Florestan Fernandes (1973) define o caráter de nossa especificidade histórica na sua raiz mais profunda. Trata-se de uma categoria ou um conceito que nos permite explicitar o caráter ideológico da "teoria" da modernização e os limites da teoria da dependência com as abordagens centro-periferia e o confronto entre nações, ao situar o núcleo explicativo na relação de classes e no conflito de classe no sistema capitalista. Capitalismo dependente expressa que não se trata de dualidade e, também, não é um confronto entre nações, mas a aliança e associação subordinadas da fração brasileira da burguesia com as burguesias dos centros hegemônicos do sistema capital na consecução de seus interesses.

Esta mesma categoria permite compreender, de forma mais precisa, um processo histórico de desenvolvimento desigual e combinado. A aliança dependente e

subordinada da burguesia brasileira com os centros hegemônicos do capital tem como resultado a combinação de nichos de alta tecnologia, elevadíssimos ganhos do capital, concentração abismal de capital e de renda e super exploração do trabalhador e uma concentração de miséria e de mutilação dos direitos elementares a grande maioria.

Nem com a ascensão ao governo de um operário, com uma forte base social, foi capaz de estabelecer aquilo que de Francisco de Oliveira (2003) via como possibilidade, por esta ancora na sociedade de estabelecer um marco de não retorno - *uma espécie de quarta refundação da história nacional, isto é, um marco de não retorno a partir do qual impõem-se novos desdobramentos.* (Oliveira, 2003, p. 3).

Para que isso ocorresse, todavia, Oliveira apontava alguns condicionamentos. *É tarefa das classes dominadas civilizar a dominação, o que as elites brasileiras foram incapazes de fazer. O que se exige do novo governo é de uma radicalidade que está muito além de simplesmente fazer um governo desenvolvimentista* (ibid, p.3)

Vários autores, dentre eles Oliveira (2010) sublinham diferentes determinações para que o marco de não retorno não se tenha concretizado e, mais que isso, tenha havido uma despolitização da política. Talvez a atual geração não tenham aprendido do balanço dos erros feitos pro aquilo que, numa autocrítica, Florestan Fernandes denominou de gerações perdida. Ao se perguntar qual tinha sido o erro dessa geração assim o explicita: *Não foi um erro confiar na democracia e lutar pela revolução nacional. O erro foi outro – o de supor que se poderiam atingir esses fins percorrendo a estrada real dos privilégios na companhia dos privilegiados. Não há reforma que concilie uma minoria prepotente a uma maioria desvalida.* (Fernandes., 1980: 245-6).

As consequências, no campo da educação, é de que apesar da múltiplas iniciativas e os mais diferentes programas, a educação no âmbito das classes dirigentes continua, como avaliou Florestan Fernandes, uma matéria de segunda categorias. referindo-se à Constituição de 1988: *A educação nunca foi algo de fundamental no Brasil, e muitos esperavam que isso mudasse com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Mas a Constituição promulgada em 1988, confirmando que a educação é tida como assunto menor, não alterou a situação* (Fernandes, 1992).

Com efeito, Dermeval Saviani, um dos intelectuais que acompanha de forma sistemática as políticas educacionais desde os anos da ditadura civil militar, traz-nos o seguinte balanço:

Fica-se com a impressão que estamos diante, mais uma vez dos famosos mecanismos protelatórios. Nós chegamos ao final do século XX sem resolver um problema que os principais países, inclusive nossos vizinhos Argentina e Uruguai, resolveram na virada do século XIX para o XX: a universalização do ensino fundamental, com a consequente erradicação do analfabetismo. (Saviani, 2007.p.3).

E referindo-se ao conteúdo das políticas, Conclui: (...) *do ponto de vista da pedagogia histórico-crítica, o questionamento ao PDE dirige-se à própria lógica que o embasa. Com efeito, essa lógica poderia ser traduzida como uma espécie de “pedagogia de resultados”. Assim, o governo se equipa com instrumentos de avaliação dos produtos forçando, com isso, que o processo se ajuste a essa demanda. É, pois, uma lógica do mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas “pedagogia das competências e da qualidade total” (Ibid7 p.3.)*

A conclusão a que se pode chegar diante dos diferentes balanços sobre nossa precária situação educacional é de que ainda mais grave é o fato de que as políticas venham sendo pautadas pela visão unidimensional do capital e do mercado. O que fica patente é que estão pautados dois projetos educacionais.

O projeto que está em andamento mediante programas, projetos, portarias, etc., no conteúdo, método e forma, vem sendo orientado pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujas forças que o comanda são as organizações do capital e do mercado que tornam refém o estado e o governo e, ao contrário do que indica seu slogan – *todos pela educação* – social e politicamente de fato é: todos pela educação que serve ao capital e ao mercado. A prova mais emblemática da hegemonia da mercantilização da educação é de que um histórico representante do Sistema S, extremamente competente e conhecedor dos meandros das leis, preside a Câmara de Educação Básica do Conselho Federal de Educação.

O outro projeto é o do Plano Nacional de Educação, debatido por instituições científicas, movimentos sociais, secretarias municipais e estaduais de educação, sindicatos, partidos políticos etc. A síntese deste projeto deu-se através de uma Conferência Nacional. É este projeto que as forças do capital, ligadas ao PDE, mediante seus representantes no Congresso Nacional, no poder judiciário e na burocracia do Estado, vêm esterilizando. Inúmeras emendas e destaques efetivam o mesmo processo que aconteceu com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação anulando as pautas mais amplas da sociedade.

Mas, como sublinha Florestan Fernandes, *A história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que ‘fecham’ ou ‘abrem’ os circuitos da história (Fernandes, 1977,p.5).*

5. A título de considerações finais

O curso de **Bacharelado em Ciências do Trabalho** que hora se inicia nasce da compreensão que a classe trabalhadora necessita buscar espaços próprios para uma formação científica e política que vá a raiz da realidade, desvendando seu mecanismos de alienação e orientando uma práxis transformadora e emancipatória.

Abre-se como desafio maior aprofundar construir um conhecimento socialmente potente formando quadros de intelectuais com vínculo orgânica com a classe trabalhadora cujo papel a desempenhar é o que nos indica Florestan Fernandes:

A causa principal consiste em ficar rente à maioria e às suas necessidades econômicas, culturais e políticas: pôr o povo no centro da história, como mola mestra da Nação. O que devemos fazer não é lutar pelo Povo. As nossas tarefas são de outro calibre: devemos colocar-nos a serviço do Povo brasileiro para que ele adquira, com maior rapidez e profundidade possíveis a consciência de si próprio e possa desencadear, por sua conta, a revolução nacional que instaure no Brasil uma nova ordem social democrática e um estado fundado na dominação efetiva da maioria. (Fernandes., 1980, p. 246).

Vinculada a este desafio situa-se a tarefa de socializar a compreensão de que a ciência e a tecnologia, se postas no horizonte do valor de uso e da emancipação dos trabalhadores, são formas de abreviar o tempo de trabalho necessário para responder às necessidades básicas e reprodução da vida e de alargar o tempo livre – tempo de fruição e de liberdade humana. Mas para que isto ganhe efetividade, uma das lutas centrais é a redução drástica da jornada de trabalho e, como horizonte de longo prazo, a luta pela socialização da propriedade e da produção

Neste sentido, o horizonte a pautar na busca do conhecimento, tem como indicação histórica que guarda atualidade o primeiro esboço da mensagem ao Conselho da Associação Internacional dos Trabalhadores no contexto do primeiro governo operário da história, fundado em 1871 por ocasião da resistência popular ante a invasão alemã, conhecido como Comuna de Paris. Marx, neste esboço explicita os limites e o constrangimento da ciência sob o sistema capital e as possibilidades da mesma quando sob o controle da classe trabalhadora. Daí a centralidade da epígrafe para o Bacharelado em Ciências do trabalho. Ela pode se constituir no estímulo a que melhates de jobesn e adultos busquem essa base e convicção de que: *Só a classe operária pode*

converter a ciência de dominação (class rule) numa força popular (...) A ciência só pode desempenhar o seu genuíno papel na República do Trabalho. (Marx, 1977, op cit.)

Para que a ciência e tecnologia passem para a *república do trabalho* há uma longa e contraditória travessia em defesa da escola básicas, fundamental e média, pública, universal, gratuita, laica e unitária por todas as organizações que defendem os interesses da classe trabalhadora. **Pública**, sem o que não pode ser democrática; **universal** no sentido de que é direito de todos; **gratuita**, sem o que não se constitui pública e universal; **laica**, por não pertencer nem ao Estado, nem à empresa, igreja ou ONGS, mas à sociedade; e, finalmente, **unitária**, no sentido de dar a cada cidadão o mesmo direito de uma escola de qualidade no acesso ao conhecimento historicamente construído⁹.

Num contexto de fragilidade da classe trabalhadora e dispersão, quando não divisão das suas organizações sindicais e políticas, o que nos aponta Raymond Williams assume centralidade.

Sei que há um trabalho fundamental a ser feito em relação à hegemonia cultural. Acredito que o sistema de significados e valores que a sociedade capitalista gera tem de ser derrotado no geral e no detalhe por meio de um trabalho intelectual e educacional contínuo. (...) temos de aprender e ensinar uns aos outros as conexões que existem entre formação política e econômica e, talvez, mais difícil, formação educacional e formação de sentimentos e de relações, que são os nossos recursos em qualquer forma de luta (Williams, apud Cavaco, 2007, p. 15).

Esta diretriz do *aprender e ensinar uns aos outros* é também repleta de indicações e lições se o nosso objetivo comum é de fortalecer as lutas que buscam não simplesmente reformar o capitalismo, mas sua superação.

⁹ . Um dos movimentos sociais que nas últimas décadas tem disputado um projeto de educação emancipatório ligado à luta por um projeto societário que supere as relações de trabalho e relações humanas capitalistas é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Em obra recente - *Dicionário da Educação do campo* -, (CALDART, PEREIRA e FRIGOTTO, 2012, org.) , com a colaboração de mais de 100 pesquisadores, explicita-se os conceitos e categorias em disputa na leitura da realidade e na luta de sua transformação sobre campo, educação do campo, políticas públicas e direitos humanos. *Uma ferramenta importante para todos aqueles que buscam construir a república do trabalho.*

Referências Bibliográficas

- ALVATER Elmar. *O fim do capitalismo como o conhecemos*. São Paulo, Civilização Brasileira, 2010.
- CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO Gaudencio (Org.) . *Dicionário da Educação do Campo*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. v. 1. 887 p.
- CASTELS, Robert As armadilhas da exclusão. In: Vários. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo, EDUC, 1997. pp. 15-48. e 161-189.
- DEJOURS, Cristophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1999
- ENGELS, Frederich. In. NASSIF, Luis. Discurso de Engels nos Funerais de Marx, Bolgo luisnassif, 05/05/2010 -
- FERNANDES, Florestan *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1968.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1973.
- FERNANDES, Florestans. *Os circuitos da história*. São Paulo, HUCITEC, 1977
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo, UNESP, 1996
- FRIGOTTO, Gaudêncio . Novos fetiches da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. In: De Andrade, Joarez e De Paiva, Lauriana Gonçalves. (Org.). *As Políticas Públicas para a Educação no Brasil Contemporâneo*. 1ª. ed. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011, v. 1, p. 18-35.
- FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART, Roseli Salete etc alii (orgs) *Dicionário deda educação do campo*. Editora Expressão Popular, São Paulo e editora da FIOCRUZ, Riode janeiro, 2012, p. 748-7
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola im produtiva*. São Pualo, Cortez, 2010, 9ª edição.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O fim da sociedade do trabalho e a não centralidade do trabalho na vida humana. In FRIGOTTO, Gaudêncio: *Educação e crise do capitalismo real*. São Pualo, Editora Cortez, 2011, 6ª ed.. p.91-134
- FURTADO, Celso, *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966
- FURTADO,C. *Análise do "Modelo" Brasileiro*. Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 1982.
- HAYEK, Frederich. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1987.
- HOBBSAWM, Eric. Política externa. *Caderno Mais, Jorna Folha de São Paulo, São Paulo, 18 de abril de 2010, p, 4-6.]*
- HOBBSAWN, Eric. *Era dos extremos*. O breve século XX. 1914-1991. São Paulo:Companhia das Letras, 1995
- KONDER, Leandro.. *A construção da proposta pedagógica do SESC Rio*. Rio de Janeiro, Editora SEBNAC, 2000.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro. Editora Paz e terra 1992
- LINHART, Dnielle. *A desmedida do Capital*. São Pualo, Boitempo, 2007..
- MARTIN, H. P. & SCHUMANN, H. *A armadilha da globalização - O assalto à democracia e ao bem-estar*. São Paulo, Ed. Globo, 1996.

- MARK, Karl, Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: Araujo, A.S. Fernando. Transcrição HTML, 2007, p. 1- Tradução. José Barata Moura, Lisboa, Editorial Avante, 1982.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo. Boitempo, 2006.
- MARX, Karl. *O Capital*. Volume I. São Paulo, Abril, Cultural, 1983
- MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. Campinas/SP, Boitempo, 2002
- MÉSZÁROS, Istvan. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2007
- NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia política, uma introdução crítica*. São Paulo, editora Cortez, 2006, 7ª ed.
- OFFE, Claus. Trabalho: a categoria chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS, (10):5-20, jun.1989.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas . In; Oliveira, Francisco de, Braga, Ruy e Rizek, Sibebe. *Hegemonia às Aversas*. São Paulo, Boitempo, 2010. p.21-29
- OLIVEIRA, Francisco de. *Revista reportagem*, n. 41, fev.2003. Entrevista concedida a Fernando Haddad e Leda Paulani.
- PARIS. Carlos. *O animal cultural*. São Carlos: Editora da UFSCar, 2002.
- SAVIANI, Dermeval. *Jornal Folha de São Paulo, 26 de abril de 2007. Entrevista concedida por e-mail à repórter Juliana Monachesi*.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter : as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999
- SHAFF, Admam. *Sociedade informática*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- SHULTZ, Theodoro. *O capital humano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973
- WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave – um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.